



# ATATÔT

REVISTA INTERDISCIPLINAR  
DE DIREITOS HUMANOS

ISSN 2675-9292

**Quando o príncipe se torna um sapo? Reações de sociólogos em artigos ao veto da obrigatoriedade do ensino de sociologia no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2001) e o direito à educação**

**When does the prince become a frog? Sociologists' reactions in articles to the veto of mandatory sociology teaching in the Fernando Henrique Cardoso government (1995-2001) and the right to education**

**¿Cuándo se convierte el príncipe en rana? Reacciones de sociólogos en artículos al veto de la enseñanza obligatoria de sociología en el gobierno de Fernando Henrique Cardoso (1995-2001) y el derecho a la educación**

**Ricardo Lopes**

(Universidade Federal do Rio Grande do Sul no primeiro semestre do ano de 2007. Em 2011 ingressou no Núcleo de Estudos da Religião no primeiro semestre. Atualmente encontra-se pesquisando na área de Sociologia (Mestrado), com relação às moralidades religiosas e atéias no ambiente universitário. Possui pesquisas na área de Sociologia da Moral (morais atéia e religiosa), Teorias da Secularização, Ateísmo, Movimento Social Ateu, Modernidade, Pós-Modernidade, Teoria Sociológica, Teoria do Conhecimento e Pensamento Político-Religioso. Interessa-se também pela área de Ensino de Sociologia, na qual atua na condição de professor, com experiência em nível básico e em nível superior.)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0168878682156505> E-mail: [rshicardo@hotmail.com](mailto:rshicardo@hotmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3078-3208>

## Resumo

Este artigo aborda as “análises” de cientistas sobre o veto presidencial de Fernando Henrique Cardoso (FHC) à obrigatoriedade da sociologia no ensino médio no começo dos anos 2000, cuja apreciação preliminar demonstrou grande grau de indignação, o que evidencia expectativas sociais. A partir de uma revisão bibliográfica, analisamos a trajetória de FHC para determinar que aspectos de sua trajetória poderiam ensejar parâmetros da crítica. Os dados demonstraram que FHC foi considerado um “traidor” na medida em que se constrói semelhanças com os críticos (como na formação acadêmica), uma associação imediata entre pesquisa e educação - dada a alcunha de “príncipe da sociologia”, um enfoque da teoria do autor na institucionalidade da política e uma intermitência do ensino de sociologia no ensino básico (e que criou uma tradição de ativismo).

**Palavras-chave:** Veto à sociologia no ensino básico. Traição. Fernando Henrique Cardoso.



## Resumen

Este artículo se centra en el “análisis” de científicos sobre el veto presidencial de Fernando Henrique Cardoso (FHC) a la sociología obligatoria en la escuela secundaria a principios de la década de 2000, cuyo balance preliminar mostró un alto grado de indignación, lo que pone de relieve las expectativas sociales. Con base en una revisión bibliográfica, analizamos la trayectoria de FHC para determinar qué aspectos de su trayectoria podrían dar lugar a parámetros de crítica. Los datos mostraron que FHC era considerado un "traidor" en la medida en que se construyeron similitudes con los críticos (como en la formación académica), una asociación inmediata entre la investigación y la educación - dado el apodo de "príncipe de la sociología", un foco de la teoría del autor en el institucionalidad de la política y una intermitencia en la enseñanza de la sociología en la educación básica (y que creó una tradición de militancia).

**Palabras claves:** Veto a la sociología en la educación básica. Traición. Fernando Henrique Cardoso.

## Abstract

This article approaches the “analysis” of scientists about the presidential veto of Fernando Henrique Cardoso (FHC) of the mandatory nature of sociology in high school in the early 2000s, whose preliminary assessment showed a great degree of indignation, which highlights social expectations. Based on a bibliographic review, we analyzed FHC's trajectory to determine which aspects of his trajectory could give rise to parameters of criticism. The data showed that FHC was considered a "traitor" insofar as similarities with critics were built (as in academic training), an immediate association between research and education - given the nickname "prince of sociology", a focus of the author's theory in the institutionalization of politics and an intermittence in the teaching of sociology in basic education (and which created a tradition of activism).

**Keywords:** Veto to sociology in basic education. Betrayal. Fernando Henrique Cardoso.

**Recebido em:** 07/02/2022

**Aceito em:** 30/09/2022

## Introdução

As associações humanas são objeto de extensos estudos dentro do campo das ciências sociais, e a traição em específico é bastante problematizada pela bibliografia, principalmente

na questão conjugal. Em uma definição mais simplificada, a traição se trata de uma perversão de expectativas dentro de um vínculo e, tão importante quanto uma traição factual, é a análise de um sentimento de traição (sendo ela factual ou não).

O caso empírico a ser analisado considerado como de traição – não nos importa diretamente se ela é factual ou subjetiva – será o do veto à implementação da sociologia enquanto disciplina obrigatória no Ensino Médio pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso – no penúltimo ano de seu mandato, em 2001. Do ponto de vista do processo burocrático, o veto não seria anormal – dado que o presidencialismo brasileiro confere essa prerrogativa para o chefe do executivo. No entanto, independentemente do viés de análise, subjetivo ou factual, as críticas ao ato presidencial se tornaram, por diversos momentos, bastante exasperada, o que demonstra que há uma questão sociológica que transcende propósitos investigativos.

Quanto à dimensão empírica, esse estudo trata de análise crítica dos sociólogos em momento de pesquisa por meio dos textos. Nesse caso, o artigo científico se coloca como um espaço privilegiado para a exposição embasada das percepções do(a) profissional de sociologia. Portanto, trata-se de entender a faceta subjetiva desses estudos, e como proceder a essa busca?

### **A traição e o artigo científico: análises e discussões**

Esse estudo poderia facilmente ser considerado uma meta-análise ou uma revisão bibliográfica, dado que estaremos abordando os estudos de sociólogos. No entanto, não estamos buscando a objetividade dos dados coletados, mas sim certa "avaliação" subjetiva feita pelos cientistas com base nas evidências coletadas por eles. Afinal, na concatenação entre os dados e a teoria (ao relacionar fenômeno x com y), é preciso ainda uma operação subjetiva para associar conceitos e fenômenos, pois o embasamento não exclui o processo de escolha, mas sim o torna referente a algo.

Nesse caso, precisamos investigar o conceito de traição é suporte essencial a este artigo científico,, e para tanto precisamos problematizar ambos.

Simplificadamente, a traição é uma manobra que se trata de uma subversão de expectativas em uma relação estabelecida e que beneficia um terceiro (que pode ser neutro ou não nessa relação). Porém, ainda há outras definições mais amplas

Em qualquer âmbito relacional, vivemos a possibilidade de sermos traídos, violados, ou de que um dos membros do relacionamento seja infiel. Não existe garantia em nenhuma relação e essa vulnerabilidade é vivenciada de diferentes maneiras pelos parceiros na construção da relação de confiança, com várias nuances em culturas distintas (GUARNIERI, 2016: 8).

Nesse momento, há uma ligação que está estabelecida e que configura a identidade do indivíduo, para além de uma associação provisória. Nesse momento, há a construção de uma coesão de identidade: os envolvidos tornam-se semelhantes e a traição se torna mais intensa do que uma inimizade com outro grupo, no qual a oposição já estava estabelecida. Há diferentes suportes comunicativos que ilustram a traição, como é o caso da literatura – o exemplo de Machado de Assis e Dom Casmurro é bastante emblemático, no qual o protagonista consome sua saúde mental na expectativa de uma traição conjugal por parte de sua esposa. Na perspectiva da sociologia, as traições envolvem grupos e podem ocorrer entre indivíduos e grupos ou entre grupos entre si: a especificidade da análise sociológica reside em entender como os valores compartilhados socialmente estão sendo contrariados por comportamentos que se baseiam na associação. Nesse caso, a vingança está evidenciando valores de um grupo e que se tornam explícitos quando há o rompimento de vínculos. No caso deste estudo, isso ficará evidenciado por meio de artigos científicos.

Um artigo científico é um gênero literário, porém optamos por defini-lo a partir de normas técnicas para enfatizar a questão disciplinar. Para a definição do que é um artigo, utilizaremos a NBR 6022, que define: “artigo científico: Parte de uma publicação com autoria declarada, que apresenta e discute ideias, métodos, técnicas, processos e resultados nas diversas áreas do conhecimento” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2003: 2).

Assim, um artigo precisa trabalhar estruturas, métodos, técnicas, utilizando uma espécie de “âncora ontológica”, alcançada por meio da transformação das evidências em teoria. No entanto, há uma questão aqui de *quis custodiet ipsos custodes*: os pares é que analisam a qualidade dessa âncora epistemológica, de modo a estabelecer uma dinâmica interna que resultam em instâncias legitimadoras como periódicos científicos.

Como se unem os conceitos de traição e de artigo científico? Por meio das conclusões das análises, quando elas se ligam com a teoria: ali há um espaço de conexão entre o fenômeno e a teoria para a expressão da associação entre os grupos, o que torna a sociologia e as demais ciências humanas também uma expressão da associação entre os grupos. Se afirmamos que a ciência não possui nenhum julgamento, estamos aderindo a uma noção “purificada” de ciência, que a concebe como isenta da subjetividade do cientista. Porém, o paradigma mais prevalente na ciência (ao menos atualmente) é o hipotético-dedutivo, o que insere a subjetividade dentro do processo de pesquisa no mínimo na construção da hipótese (que será verificada pela investigação posterior).

No entanto, há também a possibilidade de as conclusões também possuírem escolhas na medida em que há a aproximação entre variáveis estudadas: as evidências são coletadas para responder ao problema e é feita uma apreciação delas para traçar conexões ou relações espúrias. Isso não quer dizer que a sociologia não seria uma ciência rigorosa, mas apenas que ela é complexa e que seus resultados precisam ser discutidos por múltiplas epistemologias para que haja uma produção qualificada de conhecimento sociológico.

O ponto de união é o acontecimento histórico do veto. Como foi o processo até essa ocorrência?

## O vínculo: o percurso da sociologia nos diferentes níveis até o veto

Um componente da traição é a construção do *background* do relacionamento e que permite a construção do vínculo. Há, é claro, um componente mais subjetivo e psicológico, porém também há uma sequência de acontecimentos que criam as ocasiões em que a comunicação ocorre. Nesse caso, a relação é entre o Ensino Básico e o Ensino de Sociologia, com o qual o ex-presidente poderia colaborar com a sanção do projeto votado no senado. Dessa maneira, a traição tem seus elementos explicitados e se torna relevante nesse contexto.

O ensino de sociologia no ambiente escolar encontra intermitências. Inicialmente, a sociologia chegou ao Brasil por meio da influência em militares positivistas, até que no Ensino Superior o Ensino de Sociologia se torna presente sem intervalos. Foi a reforma Rocha Vaz que colocou a Sociologia como obrigatória na educação escolar nacional pela primeira vez, porém essa compulsoriedade foi revertida pela Reforma Capanema alguns anos depois. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 – aprovada 2 anos antes do começo do mandato de FHC – deu uma esperança de um retorno, porém apenas em 2008 que ela se tornou obrigatória. Essa compulsoriedade foi revogada em 2018, com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular, que fez com que a sociologia se tornasse novamente optativa (dentro dos percursos formativos).

Portanto, o momento do veto foi nos anos 2000. Naquela ocasião, havia sido aprovado no Congresso Nacional a obrigatoriedade do ensino da sociologia por meio de uma lei específica:

Pressionado e sensibilizado pelos encontros, reuniões e audiências que debatiam e reivindicavam a obrigatoriedade da Sociologia e da Filosofia no ensino médio, o Conselho Nacional de Educação (CNE), em julho de 2006, posicionou-se e aprovou o relatório do professor César Calegari, tornando obrigatório o ensino dessas disciplinas em todas as escolas do ensino médio e dando um prazo de um ano para sua implantação. (SILVA SOBRINHO, 2011: 122).

Ou seja, nesse momento já havia sido realizada as articulações necessárias, os *lobbys* já tinham sido vitoriosos (o CNE já havia aprovado um relatório) e restava apenas o último elo



da corrente, que era a sanção do presidente. No entanto, o resultado foi o seguinte texto por parte do então presidente:

O projeto de inclusão da Filosofia e da Sociologia como disciplinas obrigatórias no currículo do ensino médio implicará a constituição de ônus para os Estados e o Distrito Federal, pressupondo a necessidade da criação de cargos para a contratação de professores de tais disciplinas, com a agravante de que, segundo informações da Secretaria de Educação Média e Tecnológica, não há no País formação suficiente de tais profissionais para atender à demanda que advirá caso fosse sancionado o projeto, situações que por si sós recomendam que seja vetado na sua totalidade por ser contrário ao interesse público (Veto n.º 1.073, de 8 de outubro de 2001, publicado no Diário Oficial da União em 9 de outubro de 2001).

Podemos observar, no decreto, que são evocadas questões administrativas (ônus) e acadêmicas (falta de profissionais formados), o que o fez ser vetado do ponto de vista racional. Porém, essa seria a justificativa "burocrática" e fria, própria de um paradigma gerencial. Mas isso não pareceu ser convincente, como veremos nos dados adiante.

## **Fernando Henrique Cardoso, o principado sociológico e a presidência da república**

A representação de Fernando Henrique Cardoso tornou-se mais circulante na história brasileira por conta do cargo de presidência da república que ocupou entre os anos 1994 e 2002. No entanto, o político obteve destaque também no campo da pesquisa sociológica. Assim, é preciso começar a traçar a trajetória para entender o cruzamento dos fenômenos, que é o que produz a indignação moral na medida em que cria expectativas.

A relação com a política começou com os antepassados, que tinham muita influência política desde o Império. FHC nasceu em 1931, no Rio de Janeiro, e cursou a escola básica entre o seu estado de nascimento e São Paulo. Em 1949 adentra na faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), fundada pela missão francesa (GARCIA JR, 2004). Nessa instituição conheceu outro grande expoente da pesquisa, Octavio Ianni, e ambos foram orientados por Florestan Fernandes – o que resultou na famosa tese de FHC, relacionada com a escravidão no sul do país (GARCIA JR, 2004). Aos 21 anos ele se



torna professor assistente na USP, auxiliando a Roger Bastide, antes de terminar sua licenciatura, e posteriormente torna-se assistente de Florestan Fernandes. Cumpre notar que ele foi imediatamente eleito para o Conselho Universitário da USP, o que demonstra, desde aquela época, certa desenvoltura política (GARCIA JR, 2004).

FHC participou com seu pai dos movimentos que criaram a Petrobras, nos anos 1950, quando se discutia muito fortemente a questão da nacionalidade. Paralelamente, aceitou “[...] o cargo de editor da revista do Partido Comunista destinada aos intelectuais – Problemas – e de membro do conselho editorial da revista marxista Fundamentos, fundada por Caio Prado Jr. e editada pela Brasiliense” (GARCIA JR, 2004, p.291). Academicamente, tornou-se ajudante de Alain Touraine, e recebeu Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir na condição de tradutor, o que o permitiu se familiarizar com as correntes do campo internacional das ciências sociais (GARCIA JR, 2004).

O regime militar de 1964 causou o seu exílio, que o conduziu a outros países, em instituições estrangeiras, por exemplo o Instituto de Estudos Avançados de Princeton e o *Collège de France*, de modo que se tornou professor de Sociologia do Desenvolvimento no ILPES, onde formulou a sua teoria da dependência nesta época (GARCIA JR, 2004). FHC até retornou à USP em 1968, com o AI5, de modo que foi abrigado pelo CEBRAP, financiado pela Fundação Ford, que também ajudou a criar os programas de pós graduação em Ciência Política (IUPERJ) e Antropologia Social (Museu Nacional) (GARCIA JR, 2004). E mais, FHC tornou-se diretor desse centro. Paralelo a isso, nos anos 1970, reforçou sua relação com os liberais no MDB, que solicitaram ao CEBRAP um programa de oposição ao governo militar, e “militou” contra o governo militar por meio da reativação de associações científicas.

No fim dos anos 1970, com a lei da anistia, volta à cena política propriamente dita, especialmente no contato com Ulysses Guimarães (GARCIA JR, 2004). FHC candidatou-se ao Senado em 1978, tornando-se eleito em 1982. A data de 1978 há uma mudança na sua epistemologia, de uma análise social para um projeto político.



Em 1985 tenta o cargo de prefeito de São Paulo, porém não logra eleição, porém seu nome já circulava entre os ministeriáveis dos diferentes presidentes, participando fortemente da Assembleia Constituinte de 1988. Foi no governo de Itamar Franco (que assumiu após o impeachment de Collor) que foi nomeado para cargo de ministro das Relações Exteriores, posteriormente movido para o Ministério da Fazenda, no qual implantou o Plano Real (será que foi algum jogo de palavras com o principado?). Ocupou a chefia do executivo na eleição seguinte, e foi no final do segundo mandato que ocorreu o veto.

Após esta revisão biográfica, podemos estabelecer um contexto para a criação da expectativa. FHC era de família rica e política, e sempre esteve de alguma maneira envolvido com esse meio. A sua trajetória, também, sempre esteve ligada com o campo da esquerda. A sua formação sociológica não se desenvolveu pela via da vulnerabilidade social, mas sim numa economia do desenvolvimento. Ou seja, ele não era propriamente um teórico da Revolução, mas sim da mudança econômica, embora a Ditadura o tenha feito criar alguns vínculos que tenham associado seu nome com revolucionários. O foco dele está mais na política e na economia do que na educação em si mesma, o que o faz confrontar diretamente com a esquerda que foca primeiramente na questão trabalhista - que passa também pela educação, dado que os títulos dão acesso a posições no mercado de trabalho. É uma perspectiva menos operária, porém a esquerda mais operária pode considerá-lo alheio a essa questão. É importante ressaltar que isso poderia ensejar uma outra relação com o estado, focado na viabilidade financeira.

Para a questão aqui colocada, é muito relevante teorizar sobre a alcunha “príncipe da sociologia”, pois ele aglutina as expectativas, que geram as críticas. Um primeiro seria o da figura pública construída *por meio* da sociologia, o que permitiu a mescla. Dessa maneira, ele seria um embaixador da sociologia, quase um unificador no sentido de Maquiavel, que consegue unificar a “nação” sociológica. Outra interpretação poderia ser pelo seu foco na sociologia política, o que o tornou bastante apto para lidar com o jogo político da democracia. Outro sentido possível seria “dinástica”: os Cardoso já eram influentes desde a monarquia, o que torna FHC o receptor de certo título de nobreza (o que pode ser também uma ironia).

Possivelmente os diferentes grupos sociais ressignifiquem de diferentes maneiras a alcunha, porém transcende a associação direta entre sociologia e FHC, servindo “príncipe” mais como uma “cola” entre ambos. Como essas categorias são trabalhadas nos artigos?

### Reações sociológicas

Nesta seção vamos proceder a análise dos trechos dos artigos nos quais são comentadas a ocasião do veto. Os artigos foram encontrados em motores de busca de mote acadêmico, utilizando as entradas <Fernando Henrique Cardoso + veto + sociologia>. Os artigos foram baixados em uma pasta separada e lidos em sua integralidade. Posteriormente, foi realizado um fichamento do evento sendo retratado nos textos de maneira transversal. Vamos observar que nesses textos há muito imbricamento entre o julgamento e as evidências cientificamente obtidas, o que torna muitas vezes a leitura um tanto truncada. Começaremos por um artigo que partiu da LDB:

Em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Sociologia é *explicitamente* nomeada (junto com a Filosofia), mas ambas ainda permanecem de forma bastante obscura. Em 1997, começa a tramitar, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei (PL) nº 3.178/97 que, após aprovação, segue para o Senado, onde recebe o nº 09/001 e também é aprovado. *No entanto*, menos de um mês depois, o então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso *veta-o integralmente* (MOSCA, MAYO, LAMARÃO, 2021: 6, grifos nossos).

As palavras utilizadas apontam para um contexto de concordância construída (explicitamente), porém a vontade individual do presidente não é problematizada em detalhes, sem apresentar o texto do veto – que serviria como um depoimento, ao menos do ponto de vista oficial. Outro trecho relevante é o seguinte: “Em 2001, *ironicamente*, o então presidente da República, o *sociólogo* Fernando Henrique Cardoso, vetou o Projeto de Lei 09/2000, aprovado no Congresso Nacional naquele mesmo ano, que estabelecia o retorno de Filosofia e Sociologia no ensino médio” (VARGAS, 2011, p.1, grifos nossos). É ressaltada a formação do presidente (que não tem o cargo executivo mencionado). Neste trecho, podemos perceber que o projeto de lei é citado e há uma caracterização diretamente como sociólogo.

Houve outra análise, essa mais detida por parte do outro aluno

Portanto, podemos compreender que nem a Sociologia ou a Filosofia escapam ao enquadramento dos interesses dominantes da sociedade burguesa em reordenação. Pontuar essas questões é importante para podermos revisitar e ressignificar nosso anseio e entusiasmo pelo retorno e obrigatoriedade da Sociologia e da Filosofia no ensino médio. *Afinal, muitos sociólogos e filósofos, se não todos, já vibraram com a obrigatoriedade desse ensino.* Isso é compreensível, e devemos lembrar, também, que essa alegria pode ser justificada como fruto das manifestações e lutas em defesa dessas disciplinas, bem como do compromisso social que temos e da posição-sujeito que assumimos diante do conhecimento científico. *Daí a indignação* quando, em 2001, o projeto elaborado pelo então deputado federal Padre Roque, do PT do Paraná, foi vetado pelo *presidente (e sociólogo)* Fernando Henrique Cardoso (SILVA SOBRINHO, 2011: 122, grifos nossos).

Podemos observar que o autor desenha um cenário de forte efervescência em prol da causa da “classe” (sociólogos e filósofos), que se movimentaram coletivamente para esse fim. O contraste é dado pela caracterização de “presidente” e “sociólogo”, cujo indivíduo contraria a lógica de sua classe – não se problematiza isso, o que resulta em um sentimento de traição – sendo o revide a ironia do autor. Houve quem narrou ainda os momentos após a negação:

O veto do presidente Fernando Henrique Cardoso teve como resposta a intensificação das manifestações em favor do retorno/obrigatoriedade da Sociologia e da Filosofia no ensino médio, o que implicou também uma concentração da luta no espaço jurídico. Para legitimar os anseios pela implantação dessas disciplinas no currículo, houve um retorno ao texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em busca de aberturas que permitissem o ensino da Sociologia e da Filosofia como disciplinas/matérias, e não mais como áreas de conhecimento interdisciplinares, como parecia prescrever a nova LDB (SILVA SOBRINHO, 2011: 122).

Nesse caso, a consequência foi a intensificação das lutas, o que indica uma reação mais generalizada e que evidencia o sentimento de grupo. O foco desta “classe” passou a ser o território jurídico e menos no ativismo – que havia ganho esperança com a provável sanção do “sociólogo”. Dessa maneira, a indignação se torna evidenciada por essa concatenação de fatos. Outros autores desenvolvem suas ideias sob a dimensão anterior: “Outro fato que ganha destaque nesse período é o veto do então presidente Fernando Henrique Cardoso – Veto FHC – um dos assuntos mais comentados nesse período” (DE ARAUJO, 2016, p. 9). Aparentemente, esse trecho é bastante sintético, porém podemos observar o cunhar da expressão “Veto FHC”, o que reduz toda a dinâmica política ao presidente – sem pensar-se nas articulações do entorno.

Outra fala volta a pensar novamente o presidente: “Um paradoxo, que vai ser incrementado por um dos expoentes da sociologia, nos anos 60 em diante, Fernando Henrique Cardoso, que chega *até a receber o título de “Príncipe da Sociologia”*, mas ele veta o retorno da disciplina, em 1996, para o ensino médio” (DE FRANÇA, 2009, p.62).

Podemos observar o uso de “até” e “Príncipe da Sociologia” que se contrapõe ao “mas ele veta”. Assim, podemos perceber a construção do antagonismo indivíduo-grupo, o que extirpa o presidente de uma tendência maior e o nega como pertencente ao grupo. Isso fica evidente pela leitura a partir do conceito de neoliberalismo:

Na segunda metade da década de 90 apresentou-se uma ruptura no processo que se desenvolvia desde os anos 80, com relação à volta da disciplina de Sociologia aos currículos escolares. Em 1995 assumiu a Presidência da República Fernando Henrique Cardoso trazendo consigo *toda uma ideologia de neoliberalismo: privatização, desregulamentação, flexibilização das leis trabalhistas, (com a diminuição da proteção ao trabalho), aumento das prerrogativas em relação aos direitos individuais e coletivos.* Com a promulgação da LDB, em 1996, a disciplina de Sociologia, e também a de Filosofia, foram sugeridas “como elementos importantes para o exercício da cidadania” (MOTA, 2005, p. 95), contudo, não o suficiente para constar na “parte comum”, mas na “diversificada das grades curriculares do Ensino Médio” (DE FRANÇA, 2009: 76, grifos nossos).

É construído, neste trecho, todo um corolário que contextualizaria o ex-presidente enquanto sujeito, baseado em diminuições do estado na relação com os direitos básicos. Assim, se as outras definições focaram mais na figura do sociólogo sendo contraditória, aqui o foco foi na política, que consegue sobressair o papel do sociólogo como um todo. Um outro texto se focou na questão política institucional:

Novo impulso para a presença da Sociologia nas grades curriculares do Ensino Médio, de forma obrigatória, foi tomado a partir do projeto de lei do deputado federal Padre Roque, do Partido dos Trabalhadores (PT). O projeto foi vetado, na íntegra, pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, que era também conhecido como o “Príncipe da Sociologia”, demonstrando que no jogo político existe uma grande distância entre as necessidades e as decisões tomadas (DE FRANÇA, 2009: 77).

A citação do deputado do PT parece reforçar essa oposição ao neoliberalismo (descrito por outros autores), e na descrição factual está complementada com a expressão “Príncipe da Sociologia”. A conclusão desse embate é um julgamento sobre o jogo político: há um

descolamento entre as necessidades populares e as políticas e que é algo insolúvel. Após esse *background*, há um detalhamento da questão de FHC em si mesmo:

Foi um enorme esforço em direção à Reforma Educacional que seria preconizada na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, todavia não concretizado, pois a disciplina foi relegada à parte diversificada dos currículos, além de sofrer um golpe duro com o veto do sociólogo que virou presidente Fernando Henrique Cardoso. O motivo não foi a articulação interna do governo, não foi a questão ideológica da disciplina, o que agora caracterizava a ausência da disciplina era o mercado, a “mão-invisível” de Adam Smith, provavelmente foi ela que guiou a mão do presidente no veto (DE FRANÇA, 2009: 81).

O “enorme esforço” descrito reflete o ativismo dos envolvidos, porém o mais interessante é a questão do “sociólogo que virou presidente” - o que coloca a condição de presidente como posterior à de sociólogo, o que reforça o pertencimento ao grupo. Além da formação dos grupos, ainda há um diagnóstico: a ausência se caracteriza pela “mão-invisível” do mercado, que utilizaria o presidente como uma espécie de “fantoche”, o que seria uma definição possível de cooptação. Mas houve também autores que detalharam um pouco mais o cenário:

Este artigo, que parecia anunciar a reinserção destas duas disciplinas ao currículo do Ensino Médio sofreu interpretações durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) que impediram a implementação destes conhecimentos na forma de disciplinas específicas obrigatórias dentro da grade curricular. A forma final do artigo foi fruto de lutas. O ex-deputado Padre Roque do PT enviou um Projeto de Lei, de 1997, que alterava a LDB em seu artigo 36, “dando-lhe uma redação bastante explícita, a saber: fica obrigatória o ensino de Sociologia e Filosofia em todas as escolas de Ensino Médio do país” [...]. Contudo, o projeto para tornar a Sociologia e a Filosofia disciplinas obrigatórias do Ensino Médio sofreu uma alta pressão dos lobistas do PSDB e PFL para a sua não implementação a mando do então ministro da educação do governo Fernando Henrique Cardoso, Paulo Renato de Souza. O desfecho deste caso durante o governo do PSDB se dá em 8 de outubro de 2001, quando o presidente Fernando Henrique veta o projeto de lei. As DCNEM – Diretrizes Curriculares Nacionais – Ensino Médio – Parecer CNE/CEB 15/1998, assim como a Resolução CEN; CEB 03/1998, art. 10 também nos confirmam este desinteresse do Governo Federal em não tornar a Sociologia e a Filosofia como disciplinas obrigatórias (CASÃO, QUINTeiro, 2007: 228).

Nesse caso, o deputado tentou alterar o “DNA” da educação (a LDB), inserindo as matérias que considerou justas. Podemos notar, neste relato, que FHC também havia se mobilizado para a aprovação da sociologia e da filosofia quando estava ocupando outro cargo,

que não o da chefia do executivo. Ou seja, aqui a ironia aparece mais embasada do que nas situações anteriores – pois há a informação de que FHC havia defendido a posição anteriormente.

Outro texto assume um cunho mais historiográfico que os anteriores:

A senadora Heloísa Helena (PT/AL) pede a palavra e critica o governo FHC, entre outras coisas, pela política de privatizações e pela ingerência também em dificultar a aprovação desse projeto. Comenta que, em votação, o projeto será aprovado. Ela admite o poder que os senadores da base governista possuem de adiar a votação, ainda que a oposição não queira. E faz o alerta de que, no fundo, há o medo de que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, *um sociólogo*, tenha que vetar o projeto. Sua fala é aplaudida por uma plateia lotada (AZEVEDO, 2018: 173, grifos nossos).

Nesse trecho, a deputada do PT está se referindo de maneira localizada *dentro* do processo legislativo, na época do veto, e já naquela época nutria o sentimento de medo. A questão do “medo” também é relevante na medida em que retrata certa desconfiança para com o desejo coletivo, por meio dos desejos do presidente:

Na época eu achei um absurdo, porque, como pode, foi ele que colocou a Sociologia no mapa, até então todo mundo achava que Serviço Social e Ciências Sociais eram a mesma coisa. Pelo menos, na minha experiência de vida, toda vez que eu falava que estava fazendo Ciências Sociais, achavam que eu ia ser assistente social. Eu não conhecia a obra do Fernando Henrique, ele voltou a ser lido muito recentemente, pelo menos no curso de graduação do IFCS, mas ele não era lido na época que eu estudei (MOSCA, MAYO, LAMARÃO, 2021: 19).

Nessa perspectiva, podemos perceber que a entrevistada considera que FHC “transbordou” a sociologia da academia para a sociedade como um todo. Sua trajetória, portanto, evidenciou a diferença entre serviço social e sociologia – provavelmente porque outros sociólogos focaram-se na dimensão trabalhista, o que os fez convergirem para o esse interesse em questões sociais. O interessante é que, segundo o próprio texto, essa imagem não dependia do conhecimento dos escritos de FHC, então a imagem pública é que informou sobre FHC. Assim, percebe-se um projeto inconcluso: o presidente criou uma imagem favorável da sociologia, porém não a “injetou” no ensino médio por conta de seu veto. Posteriormente, a leitura dos textos apenas reforçou a contradição de não haver um projeto para a sociologia, mas sim um projeto para o estado como um todo (que seria, no caso, o projeto neoliberal).

Esses trechos dos artigos levaram a uma análise mais ampla, que detectou um grupo (o traído), uma traição e uma leitura de FHC.

### Considerações Globais

Podemos observar que Fernando Henrique, por sua figura, consegue evidenciar uma série de grupamentos sociais apenas por ter efetivado o veto. Assim, podemos observar a conformação e reformulação de grupos quase em tempo real. É possível encontrar, no mínimo, os seguintes grupos:

**Tabela 1: definições sobre os grupos**

Grupo	Descritor
Sociólogos	São os indivíduos formados em sociologia e que, por conhecerem a área, estão automaticamente convencidos de sua importância e por ela deve lutar
Social-democratas	O estado de bem-estar social inclui o acesso à educação, especialmente com a sociologia conscientizando sobre as políticas públicas. É preciso ressaltar, no entanto, que a literatura o considerou neoliberal, que seria o estado mínimo
Educadores	Os educadores desejariam uma educação cidadã, para a qual contribuiria a sociologia no ensino básico.
Políticos	Os políticos, por outro lado, serviriam às elites (ao capitalismo) por desconhecerem o valor do conhecimento. O neoliberalismo seria uma das expressões desse desejo, variante ao longo da história porém com o fundo sempre idêntico.

Fonte: autoria própria, a partir dos dados coletados

Por estar em 3 desses grupos, Fernando Henrique criou a expectativa de ele pender para o lado da aprovação da sociologia, cuja lei dependia apenas de sua sanção. A educação mostra que o neoliberalismo não é meritocrático, de modo que uma pessoa que passou pelo processo educativo não pode chegar a outra conclusão racional.

Assim, são descritos um polo mercadológico e um polo educacional, que são concebidos de maneira etapista: é a falta de contato com o estudo que leva o interesse pelo mercado, então FHC já bebera da água da sociologia e deveria ter percebido as ilusões do mercado. É neste espaço que ocorre a transgressão, porém a punição ocorre por uma via muito específica por parte dos autores críticos ao então presidente.

A punição está na negação daquilo que é mais caro ao sociólogo: a coerência e o pensamento racional. A ironia é uma ferramenta que foca diretamente na contradição, o que demonstraria a irracionalidade do interlocutor. Ora, isto é fatal especificamente para um intelectual, cuja fiabilidade se dá pela coerência entre evidências e teoria.

Nesse sentido, cabe lançar questionamentos sobre o fenômeno em si. Para os pesquisadores fica evidente uma certa “militância” pelo livre mercado por parte do presidente. Por essa razão, há um desvio da disciplina que verdadeiramente poderia responder (ou ao menos encontrar as evidências) aos porquês do veto: a ciência política.

A partir desse enfoque seria possível detectar os grupos que estavam jogando interesses naquele momento e determinar o ponto final, que é a decisão. Afora isso, realizar deduções com base em metanarrativas pode desviar o sociólogo das evidências. Talvez o fato de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010) ter aprovado cerca de uma década após corrobore essa visão, mas é preciso investigar para não promover um nexos causal espúrio.

Uma síntese que conseguimos encontrar é de uma tipologia do conceito de cooptação. Existem muitas definições clássicas desse conceito, porém optamos pela seguinte:

Consideramos que cooptação é o processo pelo qual as organizações burocráticas conseguem aliciar determinados indivíduos ou organizações através de sua adesão em troca de benefícios pessoais diretos (para os indivíduos) ou indiretos (para as organizações, o que, obviamente, gera benefícios igualmente pessoais para os integrantes destas). Ela é uma relação de aliciamento por parte de uns (as organizações burocráticas) e adesão por parte de outros (os cooptados). O aliciamento é feito através de oferecimento de cargos, financiamento, etc. em troca da adesão. A adesão pode ser formal (através de cargos, na qual os indivíduos se integram hierarquia burocrática e passa a defender os interesses desta e diz representar o seu grupo social no seu interior) ou informal (via apoio, dedicação, etc.). Os aliciadores são, geralmente, os estratos superiores da burocracia e os cooptados são, geralmente, burocratas informais, líderes ou ativistas (VIANA, 2017: 28).



Nessa perspectiva, a cooptação é um aliciamento de lideranças (os cooptados) por benefícios pessoais, no caso de FHC podendo ser encarado como um caso de adesão informal do líder do executivo. Porém, não se trata apenas de uma liderança: houve, anteriormente, uma socialização por parte de FHC que o deveria tornar “imune” a essas demandas mercadológicas. Assim, trata-se de uma cooptação de um tipo específico: ela confronta a visão de mundo do grupo como um todo, pois o conhecimento sociológico não teria sido transformador. E FHC não era apenas um líder, ele era um símbolo daquilo mais elevado da sociologia, o que fica evidenciado pelo “Príncipe da Sociologia”. Logo, podemos falar de uma cooptação de tipo contestatória.

Além da situação em si, o episódio também ajuda a traçar uma tendência de embate de duas concepções de ensino. Podemos observar o conflito entre um coletivo de educadores que entendem a educação como incompleta sem a sociologia e a filosofia e um outro tipo. Essa primeira tradição mais crítica e propedêutica está em situação de ativismo, fazendo parte dos diferentes grupos de pressão. Dessa maneira, é uma perspectiva bélica de guerra de posições: os terrenos conquistados não podem ser perdidos em um estado de conflito constante.

A segunda tradição entende que não se pode divorciar o ensino das preocupações profissionais (que ficavam mais restritas à educação técnica), o que a torna menos propedêutica que a corrente anterior. Houve, nos últimos anos, uma maior proximidade entre a questão profissional e a propedêutica reforçada pela Base Nacional Comum Curricular de 2018 e os seus percursos formativos. Talvez essa tenha sido um tipo de “força resultante” que encontrou algum tipo de acomodação na educação profissional, que também buscou se tornar mais emancipatória, criando-se um híbrido.

## Considerações Finais

Essa pesquisa abordou as reações de pesquisadores ao veto do então presidente Fernando Henrique Cardoso à obrigatoriedade da sociologia no ensino básico. Foram



selecionados 8 artigos que referiram ao tema e que deixaram transparecer julgamentos – construídos a partir de evidências, que são alinhadas em feixes de causalidade.

As conclusões apontam que foram detectados múltiplos grupos e que Fernando Henrique acabou se constituindo em um membro híbrido, o que ocasionou a expectativa e o rancor dos especialistas da área. Finalizaremos o texto com algumas considerações.

Uma delas é que, aparentemente, houve certa associação automática entre pesquisa e educação nos escritos analisados. Por mais que haja uma interdependência epistemológica – afinal, um pesquisador foi ensinado e a pesquisa atualiza o processo educativo – na prática é possível que um professor se isole da pesquisa e um pesquisador se isole da docência. Assim, um sociólogo não necessariamente esteja conectado ou seja um interessado pela disciplina no Ensino Básico, talvez o seu interesse seja mais analítico.

A contradição de ideias para os sociólogos, aqui, apareceu como inviabilizadora da trajetória intelectual de FHC, invalidando toda a sua obra e seu legado. No entanto, a contradição do nosso interlocutor, por vezes, pode ser fruto de nosso etnocentrismo ou pode ser uma oportunidade de construir o conhecimento (como a maiêutica socrática). Nesse caso, apontar a contradição de um “inimigo” de debate pode se tornar um procedimento destrutivo do próprio diálogo.

## Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022 - Informação documentação - publicação artigo técnico-científico em periódico – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.**

AZEVEDO, G. C. de. O discurso parlamentar sobre a presença obrigatória da Filosofia e da Sociologia no ensino médio entre 1997 e 2008. **REFILO**, Santa Maria, v. 4, n. 2, p. 168-177, 2018.

CASÃO, C. D. C.; QUINTEIRO, C. T. Pensando a Sociologia no ensino médio através dos PCNEM e das OCNEM. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 12, n. 1, p. 225-238, 2007.

DE ARAUJO, J. C. O ensino de sociologia na imprensa brasileira: o caso do jornal O Estado de São Paulo. **Revista Habitus**, v. 14, n. 1, 2016.

DE FRANÇA, V. F. **O “ENTORNO” DA TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA DA DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO DO PARANÁ—“A CONSTRUÇÃO DE SEU UNIVERSO GRAVITACIONAL”**. 2009. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná.

GARCIA JR, A. A dependência da política: Fernando Henrique Cardoso e a sociologia no Brasil. **Tempo Social**, v. 16, p. 285-300, 2004.

GUARNIERI, M. N. Um estudo sobre a traição amorosa e a resiliência na perspectiva da psicologia analítica. 2016. 100 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia: Psicologia Clínica) -



Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

MOSCA, R.; MAYO, V.; LAMARÃO, C. A luta pela implementação da Sociologia no Ensino Médio e a FEMECS: revisitando memórias. **Perspectiva Sociológica: A Revista de Professores de Sociologia**, n. 27, p. 5-13, 2021.

SILVA SOBRINHO, H. F. da. **Manifestos, resoluções e o peso da lei: o discurso sobre a obrigatoriedade do ensino de Sociologia**. Ensino de Sociologia: currículo, metodologia e formação de professores. Goiânia: UFG/FUNAPE, 2011.

VARGAS, F. E. B. **O ensino da Sociologia: dilemas de uma disciplina em busca de reconhecimento**. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2011.

VIANA, N. Revista Café com Sociologia. **Revista Café com Sociologia**, v. 6, n. 3, p. 19-39, 2017.